

# **EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA COLETIVA**

Maria Antônia de Souza<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O objetivo deste texto é discutir aspectos da produção do conhecimento na prática coletiva da Educação do Campo, visualizada nos encontros nacionais e estaduais da área e na documentação que materializa a sua trajetória. No curto trajeto da educação vinculada à luta dos povos do campo, constata-se uma diversidade de experiências pedagógicas coletivas. São quatro tipos de experiências que se destacam na conjuntura atual, a saber: as experiências desenvolvidas nos movimentos sociais, que geram aprendizagem sobre a relação conflituosa entre segmentos sociais que defendem interesses opostos, como a classe trabalhadora e a classe latifundiária, e sobre o papel do Estado nesse cenário; as experiências desenvolvidas nas universidades e em articulação com os movimentos sociais que geram aprendizagem sobre as relações sociais e sobre as faces culturais, ideológicas e políticas dos sujeitos coletivos que integram o movimento nacional da Educação do Campo; as experiências desenvolvidas nos coletivos de produção do conhecimento, como o Encontro de Pesquisadores da Educação do Campo, os seminários sobre Educação do Campo e os grupos de pesquisa das universidades; e por fim as experiências direcionadas pelas instâncias governamentais, como os seminários, simpósios e cursos de formação continuada para os professores das escolas do campo.

**Palavras-chave:** educação do campo; prática coletiva; conhecimento.

<sup>1</sup> Formada em Geografia pela Unesp - Presidente Prudente. Mestre e Doutora em Educação pela Unicamp. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado - da Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Associado B junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Email: maria.antonio@pq.cnpq.br

## **INTRODUÇÃO**

A intenção, neste texto, é destacar experiências que demonstram que a produção do conhecimento tem sido efetivada na prática coletiva, seja no movimento social ou na universidade; na sociedade civil organizada ou na esfera pública assentada em relações entre Estado e movimentos organizados. São experiências que ocorrem no seio do Estado capitalista, tensionado pela força dos movimentos sociais e dos sujeitos que no interior dele tentam fortalecer a construção social de políticas públicas.

O conceito de experiência nos remete a dois pensadores. O primeiro é Thompson (1981, p. 189) para quem

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas.

### **De acordo com Thompson, os valores**

Não são pensados, nem chamados; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas [...] no habitus de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (1981, p. 194)

O segundo autor é Kosik (1976, p.220) para quem “o homem supera (transcende) originalmente a situação não com a sua consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis [...] com o seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo”.

A Educação do Campo vincula-se a um movimento da sociedade civil organizada que objetiva a construção de políticas

públicas educacionais advindas dos interesses dos povos do campo. Durante muito tempo na história da educação brasileira, os povos do campo foram tratados como sujeitos à margem do processo social – cultural, econômico, educacional e político. O analfabetismo sempre foi expressivo entre os povos do campo. A média de anos de estudo da população do campo esteve sempre abaixo de cinco anos.

Nos anos de 1990, o movimento de Educação do Campo tem colocado em evidência problemas vinculados à escolarização dos povos camponeses, dentre eles: a ausência de escolas na área rural; a precariedade quanto à infra-estrutura das escolas existentes no campo; a falta de professores com qualificação para a docência; a necessidade de profissionais qualificados residentes no campo; a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam o modo de trabalho no campo e a realidade cultural camponesa; a dificuldade de acesso ao Ensino Médio e à Educação Superior, principalmente entre os beneficiários da reforma agrária.

Os problemas evidenciados pela Educação do Campo questionam o modelo de educação rural desenvolvido no Brasil, em toda a sua história educacional. A educação rural era pensada desde projetos e programas que se preocupavam em superar o "atraso", que segundo o paradigma do capitalismo agrário assolava o Brasil. Em meados do século XX, Paulo Freire teceu reflexões sobre a atividade de extensão no Brasil, particularmente a extensão rural, demarcando a importância de uma perspectiva dialógica e de conscientização política no trabalho educativo do agrônomo com os trabalhadores agricultores.

Em mais de dez anos de existência "oficial" da Educação do Campo, muitos projetos educacionais têm sido desenvolvidos nas universidades brasileiras, a começar pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. No início, foram os projetos de escolarização de jovens e adultos. Posteriormente, organizados os cursos de Pedagogia da Terra, cujas ofertas já somam 23 universidades. Existem outros cursos de nível superior, como Agronomia, Geografia, Direito, dentre outros, e as licenciaturas em Educação do Campo, aprovadas no ano de 2008. Soma-se a esse rol de programas e projetos o Residência Agrária, experiência coletiva iniciada em 2004.

## **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA COLETIVA**

### **NA UNIVERSIDADE**

Cursos de Especialização em Educação do Campo foram organizados no ambiente universitário. Na Região Sul do Brasil, os Estados do Paraná e de Santa Catarina concluíram as primeiras turmas de Especialização em Educação do Campo, em 2008. Da mesma forma, no Brasil há um debate no interior da Universidade Aberta do Brasil – UAB – sobre a realização de cursos a distância para os professores das escolas localizadas no campo. A UAB foi criada em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com o propósito de capacitar professores da educação básica. (Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br>. Acesso em: 7/6/2009)

As instituições de Educação Superior possuem pesquisadores que se dedicam ao estudo da educação e dos movimentos sociais. Uma rápida pesquisa junto ao diretório de grupos de pesquisa do CNPq revelará que centenas de grupos trazem em seu título temas como movimentos sociais e educação; educação popular e movimentos sociais; Educação do Campo; Educação do Campo e políticas públicas; educação e movimentos sociais do campo, entre outros. Nesses grupos, encontram-se profissionais que recentemente defenderam as suas pesquisas de mestrado e de doutorado, ao lado de referenciais mais experientes da área. A composição social dos grupos de pesquisa revela a trajetória de muitos pesquisadores, os quais dedicam, desde os seus trabalhos de conclusão de curso na graduação, atenção à temática.

Arelado ao desenvolvimento dos grupos de pesquisa, tem sido possível a realização de formação inicial e continuada de muitos professores pesquisadores e de estagiários envolvidos nos projetos educacionais voltados à realidade dos camponeses no Brasil. Alunos da graduação adentram os grupos de pesquisa e, das discussões aí geradas, elegem temas para os seus trabalhos de conclusão de curso. Essa é uma realidade bastante incipiente nos cursos de licenciaturas tradicionais, uma vez que depende dos professores organizarem grupos e instigarem os alunos à pesquisa na área. Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia do Campo, necessariamente os alunos realizam os trabalhos de

conclusão de curso acerca da realidade que já conhecem e que pretendem transformar.

A universidade vem demonstrando o potencial que tem na efetivação do direito social à educação, porém as suas cercas muitas vezes impedem o avanço desse processo. Quase a totalidade dos projetos e experiências desenvolvidas nas universidades com a população do campo constitui-se a partir de "parcerias", com o governo federal ou estadual, por meio do PRONERA e da SECAD, e os movimentos sociais, cuja responsabilidade volta-se para a organização da população na base.

A universidade insere-se, dessa forma, em relações sociais com os movimentos sociais e, nesse processo, agrega gente que se preocupa com uma sociedade mais justa e com a construção do conhecimento como libertação e superação de *situações opressoras*. Ao envolver-se com os movimentos sociais, possibilita a construção de novas relações educativas, uma vez que a prática coletiva é geradora de conhecimentos conjunturais, culturais, estratégicos e políticos. A própria universidade convive com duas realidades: uma bastante conservadora, pautada pelo princípio da propriedade e pela ideologia capitalista; a outra tenta instituir uma frente inovadora e crítica na academia, valorizando a prática social dos movimentos sociais, ressaltando a função social da própria universidade.

Os espaços de produção do conhecimento na universidade são três: 1) os grupos e núcleos de estudos e pesquisas; 2) os cursos de graduação em Educação do Campo, que em sua maioria partilham da idéia e da prática do trabalho como princípio educativo; 3) os cursos de pós-graduação – formação continuada – dos professores e educadores das escolas do campo.

A divulgação dessa produção tem sido expressiva nas coletâneas organizadas ao final dos cursos e ao final dos encontros de pesquisadores da Educação do Campo. Há um acúmulo significativo de conhecimentos educacionais gerados na prática coletiva; entretanto, a grande maioria dos professores que trabalha na Educação Básica do Campo, particularmente nas escolas municipais, pouco acesso tem a essa produção.

As experiências de Pedagogia da Terra, Pedagogia do Campo, Licenciatura em Educação do Campo, Programa Residência Agrária e Educação de Jovens e Adultos têm sido desenvolvidas no ambiente universitário, que aos poucos se abre para o movimento da Educação

do Campo. É uma abertura tímida e muitos projetos funcionam ainda na base da boa vontade daqueles profissionais que são envolvidos com os movimentos sociais.

## **NO MOVIMENTO SOCIAL**

Os movimentos sociais do campo têm conhecimento técnico e teórico que os capacitam para a interação com a universidade. O MST é um exemplo típico de organização que possui uma vasta produção bibliográfica de natureza pedagógica. Sua experiência de 25 anos de dedicação à educação nos acampamentos e assentamentos fortalece o debate sobre a construção de políticas públicas de educação e gera possibilidades para que a universidade abra-se ao debate da Educação do Campo. Muitas universidades têm desenvolvido debates sobre educação e movimentos sociais, contando com a presença de profissionais vinculados ao MST.

Os movimentos sociais dão visibilidade à sua produção de conhecimento por meio de boletins, jornais, revistas, cadernos de formação, cadernos temáticos, cadernos pedagógicos, documentários e fotografias.

O conteúdo problematizado tem estreita relação com a organização do trabalho e com a luta de classe. São conteúdos aprofundados nos coletivos mediados por estudiosos de cada tema de interesse dos sujeitos do movimento, a exemplo da análise de conjuntura, situação econômica e política do país, alternativas de produção e de desenvolvimento sustentável. Enfim, a lista de produções e de conteúdos problematizados é infinita nos movimentos de trabalhadores, particularmente no MST, que em função de sua sólida organização consegue ampliar os coletivos de produção na terra e na educação. Uma visita ao site do MST, por exemplo, propiciará a obtenção de informações sobre a produção de conhecimentos. Do mesmo modo, outros movimentos dão visibilidade às suas produções no meio digital, é o caso do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Movimento da Via Campesina, para citar dois que têm expressividade nacional e internacional.

A Educação do Campo, como integrante da luta dos movimentos sociais do campo, questiona a contradição que assola a sociedade brasileira: de um lado, a concentração da riqueza e da terra; de outro, a pobreza, a exploração e a fragilização da efetivação dos

direitos sociais, como Educação e Saúde. Questiona o avanço do agronegócio e a exploração dos povos do campo, pretende que o conhecimento universal seja acessível aos povos do campo sempre em relação com a sua realidade cultural e com o mundo do trabalho, favorecendo a identidade camponesa e não a perda dela.

### **NO ESPAÇO PÚBLICO MOVIMENTOS E GOVERNOS**

No Estado do Paraná, a Coordenação de Educação do Campo, criada em 2003, junto à Secretaria de Estado da Educação vem promovendo diversas ações, a exemplo da oficialização das Escolas Itinerantes; dos Seminários Estaduais de Educação do Campo, cuja primeira edição ocorreu em 2004, seguida da segunda em 2005, terceira em 2006 e quarta em 2008. Esses seminários contam com o apoio da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, criada em 1998.<sup>2</sup>

O Estado tem promovido Encontros para formação continuada e capacitação dos professores das escolas do campo; Simpósios e oficinas para debate da Educação do Campo e das diretrizes curriculares estaduais; Encontro de discussão e avaliação do Projeto Político Pedagógico das escolas-base Itinerantes; Formação continuada de professores que atuam em áreas remanescentes de Quilombos; Formação continuada dos educadores das escolas Itinerantes; Reuniões Técnicas para produção de Material Didático - Autocartografia Social das Populações Tradicionais de Pescadores e Caiçaras; Grupo de Estudos da Educação do Campo; Formação continuada dos Professores/as que atuam em escolas que atendem Ilhéus e Ribeirinhos e Encontro dos professores/as que atuam em escolas que recebem crianças, jovens e adultos dos territórios Faxinalenses. Soma-se a tais eventos de formação continuada a produção de material pedagógico, a exemplo do Caderno Temático de Educação do Campo, a formação do Comitê da Educação do Campo do estado do Paraná e a definição da identidade das escolas do campo.

No momento atual, está sendo realizada uma Avaliação Sistemática da Educação do Campo no estado do Paraná, com a

<sup>2</sup> Para maiores detalhes da Educação do Campo no Paraná, consultar a dissertação de Mendes (2009).

participação de todos os núcleos regionais estaduais de educação, contando com o apoio de dois assessores das universidades do estado do Paraná. Serão avaliadas a infra-estrutura das escolas, a rede de transporte e o aspecto pedagógico, particularmente o projeto político-pedagógico.

O Estado do Paraná registra iniciativas em Educação do Campo que são oriundas dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e iniciativas governamentais motivadas pela sociedade civil organizada e, pela disposição do pessoal da gestão política. Disposição que se refere ao fazer avançar as políticas e práticas da Educação do Campo, com ênfase nas territorialidades que caracterizam o estado.

No Brasil não é diferente, são inúmeras as iniciativas de formação inicial e continuada de professores, bem como as iniciativas de produção de material bibliográfico sobre a Educação do Campo. Trata-se de um debate que faz avançar o entendimento sobre Educação, Políticas Públicas e Territorialidades nacionais.

No Estado do Paraná, embora experiências de Educação do Campo e iniciativas governamentais na área tenham expressividade, a realidade escolar é marcada por influências ideológicas da Educação Rural e da Educação do Campo. Do lado do paradigma da Educação Rural existem os cadernos, folhetos e projetos que chegam às escolas, a exemplo do projeto Agrinho.

O Programa Agrinho teve seu início em 1995 quando foi desenvolvida a proposta pedagógica que tinha por essência os "temas transversais" e o primeiro material para alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental (...). Em 1996, iniciou-se a implantação do programa de forma piloto em cinco municípios paranaenses. No ano seguinte, com base na elevada receptividade e participação da comunidade escolar, buscou-se agregar à temática inicial dos agrotóxicos outros temas relativos à questão da saúde. Em 1998 ampliaram-se e aprofundaram-se as temáticas relativas ao Meio Ambiente (solo, biodiversidade, água e clima) e foi incluído o tema Cidadania, que incorporou as temáticas relativas a Trabalho e Consumo, Temas Locais e Civismo. Nova modificação fez-se necessária quando o governo estadual iniciou a implantação do processo de nuclearização das escolas, fator

determinante para que o Programa AGRINHO passasse a trabalhar com crianças e jovens do meio urbano. Em meados de 2002, o Programa passa por mais uma ampliação para contemplar outros temas que se faziam igualmente Prioritários: Meio Ambiente, Saúde, Cidadania e Trabalho e Consumo. Novos materiais são desenvolvidos, desta vez para alunos e professores (...). Em 2006, quando o Programa completou 10 anos, realizou-se uma ampla avaliação e com base nesta, todo o programa foi repensado e a proposta foi acrescida de novos temas e materiais. Em 2007, o Programa completa 12 anos de trabalhos no Paraná, o material do aluno recebe outra estruturação, passando a ser organizado por série e não mais por temas, e o material do professor é composto por dois livros. O público é ampliado, além das escolas da rede pública de ensino, (...) a rede particular de ensino, tendo a proposta pedagógica baseada na interdisciplinaridade e na pedagogia da pesquisa. Disponível em <http://www.agrinho.com.br>. Acesso em 4/9/2009.

**Esse projeto é realizado mediante “parcerias” com a Fundação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP; Serviço Nacional de Assistência Rural – SENAR; e Sindicato Rural. Como pode se observar, a intenção é levar o conhecimento para o povo do campo; é enfatizar os temas que integram os Parâmetros Curriculares Nacionais, como meio ambiente, saúde, cidadania entre outros.**

**Do lado da Educação do Campo existem materiais didáticos, experiências de formação continuada, seminários, simpósios, cursos de graduação dentre outros. São também efetivadas “parcerias” entre governos e organizações e entidades da sociedade civil organizada. Em capítulo de livro, Souza e Capobianco (2008) demonstraram as ações dos movimentos sociais e dos governos no Estado do Paraná, na construção de políticas públicas.**

**No Estado, nota-se que a ideologia da Educação Rural defronta-se com a Educação do Campo. E a organização do trabalho pedagógico, como se configura nessa realidade de tensão ideológica? Existem escolas que recebem o projeto Agrinho, por exemplo, sem questionamentos. Existem outras que recusam frontalmente o projeto.**

Ainda são poucos os momentos em que os professores estão juntos para fins de planejamento do ensino. As inquietações a respeito do que fazer com o material que chega à escola poderiam ser discutidas pelo coletivo de professores, como acontece em algumas escolas, juntamente com os profissionais que estudam a Educação do Campo no estado. Projetos de extensão entre secretarias municipais e universidades poderiam auxiliar na intensificação do debate da Educação do Campo e na transformação da prática pedagógica.

Localidades que apresentam maior organização política entre os povos do campo tendem a ter uma prática pedagógica voltada às inquietações do mundo da vida e ao aprofundamento dos conhecimentos em estreita relação com o trabalho produtivo.

Enquanto a Educação Rural caracteriza-se por práticas educativas isoladas e marcadas pela ideologia da urbanização, a Educação do Campo adensa-se em função da força da sociedade civil organizada no plano nacional e estadual. No Estado do Paraná, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural –ASSESOAR– também tem acumulado experiências que problematizam a educação dos povos do campo. Há um conjunto de experiências no Estado, aliadas às atividades de extensão das universidades estaduais, que revelam a força da Educação do Campo no Paraná. Em síntese, a Educação do Campo tem sido fruto de diversos debates na sociedade civil organizada com as instâncias governamentais.

Está em debate na sociedade brasileira o *Pacto para o Desenvolvimento da Educação do Campo*, como compromisso “interinstitucional partilhado entre o Ministério da Educação (MEC), o Conselho de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)”. (Versão Preliminar, julho de 2009).

Dentre os compromissos expressos no referido Pacto, encontram-se:

*Ampliação da oferta de Educação Básica.* Com vistas à universalização da Educação Básica aos povos do campo, e no espírito do Regime de Colaboração, a União ampliará a oferta de ensino médio técnico-profissional no campo, bem como criará e/ou ampliará programas de apoio aos estados e municípios no sentido da universalização do Ensino Fundamental

completo, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. Os estados criarão e/ou ampliarão programas especiais com vistas à universalização da oferta do Ensino Médio e Técnico-Profissional, inclusive EJA; bem como, apoiarão os municípios com vistas à universalização da oferta do Ensino Fundamental completo e ampliação do Ensino Infantil nas próprias comunidades rurais. E os municípios, fazendo valer o estatuto da obrigatoriedade, garantirão a efetiva universalização do Ensino Fundamental completo aos povos do campo, com oferta de vagas próximo de suas residências; assim como criarão e/ou ampliarão programas de expansão da oferta do Ensino Infantil, com vistas à universalização.

*Formação inicial dos profissionais da Educação do Campo.* Definir uma política comum de formação inicial dos profissionais da Educação do Campo assentada em novo desenho de cursos e de processos de formação, e fundamentada em novas propostas pedagógicas, que levem em conta o princípio da diversidade cultural, de trabalho e de meio ambiente, como essencial aos processos educativos. O “Projeto Base” de “Licenciatura Plena em Educação do Campo”, recém instituído no MEC como ProCampo, constitui-se exemplo, em forma e em conteúdo, cuja abrangência deve ser ampliada pelo MEC a todos os estados da União e Distrito Federal, em parceria com universidades públicas e comunitárias, na medida do déficit de profissionais docentes para as diversas áreas do conhecimento na Educação Básica – anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Por outro lado, as Secretarias de Estado da Educação e as Secretarias Municipais de Educação facilitarão a formação em serviço de seus docentes ainda não habilitados, nessa licenciatura, estabelecendo parcerias com as universidades que a ofereçam, bem como procederão às mudanças necessárias nas respectivas “redes rurais de ensino”, no sentido de acolher os profissionais egressos como concorrentes habilitados à função docente nas escolas do campo, conforme os termos propostos pelo Projeto Base de Licenciatura Plena.

*Formação continuada.* O MEC implementará uma

## Educação do campo: a produção do... - *Maria Antônia de Souza*

política com programas específicos de formação continuada para os docentes da Educação do Campo e, ainda com maior especificidade, aos que atuam na Educação Infantil, Educação Especial e classes multisseriadas das escolas do campo. Ao criar programas, levará em conta que, dadas as particularidades que caracterizam o campo e a Educação do Campo, via de regra, tais programas implicam em custos adicionais de tempo e recursos para que os docentes possam efetivamente deles participar. Para a execução dos programas, buscará parceria com as universidades públicas e comunitárias e com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

**Cabe salientar que os debates que de alguma maneira interferem na legislação educacional estão sendo realizados nos estados brasileiros. Por exemplo, as Diretrizes Estaduais da Educação do Campo existem em vários Estados. Destes, alguns têm Comitê de Educação do Campo, outros estão em fase de organização, como é o caso do Paraná. São experiências produzidas no movimento social de Educação do Campo e respaldadas pelo acúmulo de conhecimentos e pela legitimidade do debate educacional e social.**

Existem iniciativas de formação continuada voltadas aos professores que trabalham nos assentamentos e acampamentos. Há pouco tempo teve início a formação continuada voltada aos professores das escolas das ilhas e aos professores que trabalham em áreas de remanescentes de Quilombos. São iniciativas dos últimos dois anos no Estado do Paraná, à exceção das escolas localizadas nos assentamentos que, por influência do MST, já a realizam em suas localidades, há mais tempo.

O que se nota é que a formação continuada está sendo intensificada pela política do Governo Estadual, ao passo que as políticas municipais em geral não têm revelado maior atenção à educação dos povos do campo. Pode-se dizer que há necessidade de capacitação técnica aos gestores municipais - de modo a explicitar as faces da escolarização rural no Estado - , às demandas dos movimentos sociais e às frentes que podem ser potencializadas de forma que os municípios valorizem, em suas agendas, os povos do campo.

## **NOS COLETIVOS DOS PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Os encontros de pesquisadores da Educação do Campo constituem momentos fecundos para a interlocução. O II Encontro de Pesquisadores, realizado em 2008, intensificou o trabalho nos coletivos de produção, o que possibilitou maior aproximação entre os pesquisadores e o aprofundamento de algumas questões teórico-práticas. Esses encontros somam-se aos demais espaços de construção dos conhecimentos educacionais no movimento da Educação do Campo. O I Encontro, realizado em 2005, foi materializado em uma produção bibliográfica sobre pesquisa com riqueza de referenciais teóricos, com especial destaque para a contribuição de Scherer-Warren, que de fora do movimento educacional consegue visualizar aspectos metodológicos que podem orientar a produção do conhecimento e o movimento de Educação do Campo, a partir do conceito de redes sociais. No Segundo Encontro de Pesquisadores, a conferência proferida por Célia Vendramini retomou o debate sobre as categorias clássicas necessárias à compreensão do movimento da Educação do Campo, lembrando autores como Marx, Mézáros e Thompson. Nesse evento, foram organizados coletivos de trabalho que, por sua vez, produziam sínteses que revelam um retrato da Educação do Campo, disputas e tensões políticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção do conhecimento tem sido materializada nos livros e coletâneas da Educação do Campo. São produções que revelam o estágio atual da prática coletiva no movimento social e na universidade.

Está em desenvolvimento uma “nova” prática coletiva e dela, muitos povos do campo são sujeitos. Entretanto, existe uma boa parcela de trabalhadores rurais que sem sequer sabem da existência da Educação do Campo. Se a produção de conhecimentos é para benefício social, será necessário voltar a atenção às comunidades cuja organização política inexistente ou é incipiente.

Essa nova prática na produção dos conhecimentos é dialógica e marcada pela negociação. Os “cientistas sociais” dos movimentos

do campo debruçam sobre aspectos da própria realidade e buscam maneiras de transformá-las. Na academia, os outros "cientistas sociais", muitos com raízes nos movimentos sociais, inauguram ou fortalecem novos formatos de organização do trabalho pedagógico e novas relações sociais educativas.

As poucas linhas apresentadas neste artigo têm o intuito de valorizar a experiência coletiva gerada no movimento de Educação do Campo que, aos poucos, indaga a lógica disciplinar e fragmentada do mundo escolar; além da racionalidade técnica e estratégia de muitos programas educacionais. É a prática coletiva que indaga a prática humana! A razão transformadora é alimentada com as inquietações que vêm do mundo da vida.

#### **ABSTRACT**

The objective of this text is to discuss some aspects of knowledge production in the collective practice in rural education, presented in national and regional meetings in this field and in the documents which materialize its trajectory. In the short route of education linked to the rural people struggle, one can find out the diversity of collective pedagogical experiences. Four different types of experiences stand out in the present conjuncture, and they are: experiences developed in the social movements which generate learning about the conflicting relation between social segments defending opposed interests, as the working class and the landowners class, and about the State role in this scenery; experiences developed in the universities and articulated to social movements which generate learning about social relations and about cultural, ideological and political faces of those collective subjects integrating the national movement of Rural Education; experiences developed in the collective of knowledge production such as the Meeting of Rural Education Researchers, the seminars about Rural Education and the university research groups; and, finally, experiences directed by the governmental instances, such as seminars, symposia and courses for continuing education for teachers of the rural schools.

Key words: rural education; collective practice; knowledge.

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es discutir aspectos de la producción del conocimiento en la práctica colectiva de la Educación del Campo, visualizada en los encuentros de carácter nacional y regional del área objeto de este estudio y en la documentación que materializa su trayectoria. En el corto trayecto de la educación vinculada a la lucha de los pueblos del campo, se constata una diversidad de experiencias pedagógicas colectivas. Son cuatro tipos de experiencias que se destacan en la coyuntura actual: las experiencias desarrolladas en los movimientos sociales, que generan aprendizaje sobre la relación conflictiva entre segmentos sociales que defienden intereses opuestos, como la clase trabajadora y la clase latifundiaria, y sobre el papel del Estado en ese escenario; las experiencias desarrolladas en las universidades y en articulación con los movimientos sociales que generan aprendizaje sobre las relaciones sociales y sobre las fases culturales, ideológicas y políticas de los sujetos colectivos que integran el movimiento nacional de la Educación del Campo; las experiencias desarrolladas en los colectivos de producción del conocimiento, como el encuentro investigadores de la Educación del Campo, los seminarios sobre Educación del Campo y los grupos de investigación de las universidades; y por fin las experiencias direccionadas por las instancias gubernamentales, como los seminarios, simposios y cursos de formación continuada para los profesores de escuelas del campo.

**Palabras clave:** educación del campo; práctica colectiva; conocimiento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABOBIANCO, Melody Rotta. Educação do campo: demandas dos movimentos sociais e ações governamentais no Paraná. 70f. *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Graduação em Pedagogia) - Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MENDES, Marciane Maria. A escola do campo e seu significado: o ponto de vista de professores e professoras da rede estadual de educação do

## Educação do campo: a produção do... - *Maria Antônia de Souza*

Paraná. 155f. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SCHERER-WARREN, I. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo. In: MOLINA, M. M. (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 117-132.

SOUZA, Maria Antônia de; CAPOBIANCO, Melody Rotta. Movimentos sociais e governos na definição de políticas da educação do campo. In: Lúcia Cortes da Costa. (Org.). *Estado e democracia: pluralidade de questões*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, p. 219-246.

THOMPSON, Edward Paul. *A miséria da teoria*. São Paulo: Zahar, 1981.